

OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA RELAÇÃO BRASIL-CHINA NO SETOR ENERGÉTICO 2003-2014

OPPORTUNITIES AND CHALLENGES OF BRAZIL-CHINA RELATIONSHIP IN ENERGY SECTOR 2003-2014

Tomaz Espósito Neto¹

Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD)
Departamento de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos
Dourados - Mato Grosso do Sul - Brasil

Karla Kananda Cordeiro da Cruz²

Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD)
Departamento de Relações Internacionais
Dourados - Mato Grosso do Sul - Brasil

Resumo: Nos últimos anos, a temática energética – em especial no que se refere ao mercado internacional de petróleo – entrou em voga na agenda política internacional. Com a descoberta das reservas do Pré-Sal, o Brasil se tornou um importante *player* na área. O presente artigo tem como propósito avaliar o desenvolvimento da relação Brasil-China no setor energético, principalmente na área petrolífera, entre 2003 e 2014. Para tanto, é apresentada aqui uma análise das ações e políticas externas dos governos Lula e Dilma.

Palavras-Chave: Petróleo. Política Externa Brasileira. Relação Brasil-China.

Abstract: In recent years, the energy issue – particularly in relation to the international oil market – came into vogue in the international political agenda. With the discovery of pre-salt reserves, Brazil has become a major player in the area. This article aims to survey the development of Brazil-China relationship in the energy sector, especially in the oil sector, between 2003 and 2014. Therefore, an analysis of the actions and foreign policies of Lula and Dilma governments is presented here.

Key-words: Oil. Brazilian Foreign Policy. Brazil-China bilateral relationship.

Recebido: 20/07/2016

Aprovado: 11/11/2016

Considerações iniciais

Nas últimas duas décadas, observou-se no Brasil um rápido desenvolvimento da tecnologia de exploração e de produção de petróleo em águas profundas, permitindo que, em 2006, o país se tornasse autossuficiente na produção desse insumo e, a partir de 2007, com a descoberta das jazidas de hidrocarbonetos do Pré-Sal, um grande *player* no mercado internacional de petróleo. Notou-se, então, uma mudança da política externa do Brasil na área de energia.

Entre 2003 e 2014, a política externa brasileira iniciou um processo de aproximação com os países do “Sul Global”, como África do Sul, Índia e China. Uma das dimensões mais exploradas

1 tomazesposito@hotmail.com

2 karla_kananda@hotmail.com

nesse movimento foi a relação bilateral sino-brasileira, que se intensificou com o objetivo de solucionar problemas comuns e fortalecer posições conjuntas (LEITE, 2011a). De acordo com alguns autores, como Oliveira (2010), Brasil e China desenvolveram uma aliança “não escrita”, cujas origens se encontram na administração de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). No entanto, foi no governo Lula, durante seus dois mandatos (2003-2010), que essas relações se adensaram efetivamente, embora tenham perdido seu ímpeto na primeira gestão de Dilma Rousseff (2011-2014) (CORNETET, 2014).

Nos últimos anos, a China se tornou um “novo” grande mercado para os produtos brasileiros – principalmente as *commodities* – e um importante investidor para a esfera produtiva, especialmente no setor primário da economia. Aliás, a cooperação no âmbito dos hidrocarbonetos detém um papel relevante nessa nova relação sino-brasileira (BECARD & MACEDO, 2014).

O interesse brasileiro está exatamente no acesso ao mercado e no financiamento e investimentos chineses no setor; um exemplo disso é a participação de estatais chinesas, como a *Sinopec* (Companhia Petroquímica da China) e a *China Offshore Oil Engineering Co. LTD.* COOEC, no leilão de concessão das reservas do Pré-Sal. Por sua vez, a China visa, por meio de associações estratégicas, obter acesso aos conhecimentos e tecnologias na área de produção e exploração petrolífera em águas profundas, o que lhe permitiria operações comerciais na exploração de petróleo na região do Mar do Sul da China (LEITE, 2011b). Nesse sentido, a relação sino-brasileira no setor petrolífero se assenta no acesso ao mercado e aos recursos econômicos chineses em troca do *know-how* brasileiro de exploração de petróleo em alto mar.

O presente artigo pretende analisar a evolução da relação Brasil-China no setor petrolífero durante os dois governos Lula e a primeira gestão do governo Dilma, englobando o período de 2003 a 2014. Parte-se da hipótese de que a parceria estratégica sino-brasileira teve resultados positivos no setor de energia para ambas as partes. Um exemplo disso foi a cooperação científica e tecnológica no processo de exploração e transformação de energias, além de serviços de assessoramento em todos os setores energéticos (BRASIL, 2014). Contudo, essa relação apresenta alguns desafios, principalmente para o Brasil, entre eles o aumento da dependência brasileira em relação à China devido à instalação de estatais chinesas no Pré-Sal (NOGUEIRA, 2013), o aceleramento do processo de “desindustrialização” e a “reprimarização” da economia nacional.

Nesta pesquisa, optou-se pelo método histórico-descritivo. O artigo se baseou na análise de bibliografias selecionadas e de fontes primárias (documentos, discursos, dentre outros) disponíveis em *sites* oficiais brasileiros, como: Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio (MDIC), Ministério de Relações Exteriores (MRE), Ministério de Minas e Energia (MME), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Operador Nacional do Sistema Elétrico

(ONS), Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível (ANP), dentre outros.

O marco teórico utilizado para o desenvolvimento do trabalho foi o artigo “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”, de Putnam (2010), no qual o autor aborda a interação entre política doméstica e política internacional, desenvolvendo mecanismos para que um “jogo” de negociações entre o nível doméstico (denominado nível II) e o nível internacional (denominado nível I) possa ocorrer. A perspectiva adotada foi o neoinstitucionalismo, também conhecido como globalismo, segundo o qual o interesse estatal e a cooperação internacional são calculados sobre o custo/benefício de sua realização. Como resultado, a cooperação é o meio que os atores encontraram para solucionar os problemas internacionais (RACY & ONUKI, 2002).

No neoinstitucionalismo a cooperação entre os Estados se dá de forma contínua e, portanto, envolve estratégias de reciprocidade e o ajustamento mútuo do comportamento dos dois jogadores no sentido dessa cooperação. O modelo dos “jogos de dois níveis” busca analisar, simultaneamente, o jogo doméstico e o jogo internacional da barganha entre os Estados (MELLO, 1997).

Segundo Putnam (2010), o negociador-chefe é o elemento de conexão entre o nível I e o nível II, agindo como um representante dos grupos domésticos nas negociações internacionais. As motivações do negociador-chefe são: fortalecer sua posição no jogo do nível II; mudar o equilíbrio de poder no nível II em favor de políticas domésticas; e perseguir sua própria concepção do interesse nacional no contexto internacional.

Diante dessa abordagem, busca-se entender as posições e ações dos chefes de Estado (negociadores-chefes) Lula e Dilma em relação ao interesse nacional brasileiro frente à questão energética no cenário internacional. Para tanto, foram analisadas suas ações a favor da cooperação sino-brasileira em torno do setor petrolífero.

Este artigo divide-se em duas partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte avalia a evolução do setor energético na Política Externa Brasileira; a segunda apresenta as oportunidades e os desafios – tanto para o Brasil quanto para a China – presentes e/ou passíveis de ocorrer dentro da relação bilateral na área de energia.

1. Evolução da temática petrolífera na Política Externa Brasileira de Lula e Dilma (2003-2014)

A política externa do governo Lula tinha como um dos objetivos principais o fortalecimento de relações políticas e econômicas com potências emergentes por meio do estabelecimento de “parcerias estratégicas”. Muitos desses países eram considerados secundários por parte das autoridades brasileiras (LESSA, 2010).

As chamadas parcerias estratégicas, laços de intercâmbio de fatores com potencial de influir sobre a formação nacional de longo curso do país em desenvolvimento, são perspectivas como bens preciosos da ação externa: parcerias tradicionais, com Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Japão, Inglaterra, Argentina e outras, com novas, como China, Espanha, Portugal e outras (CERVO & LESSA, 2014, p. 142).

Em sua primeira gestão (2003-2006), Lula inicialmente seguiu algumas das principais diretrizes de inserção política do governo anterior, como o foco na integração econômica regional. Ademais, ampliou a “diplomacia presidencial” – entendida como “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex-officio, pelo presidente” (DANESE, 1999, p.51) – com o aumento do número de viagens internacionais oficiais das autoridades (DANESE, 1999). Entretanto, sua política externa também foi responsável por introduzir algumas mudanças, tais como: a) contribuiu para a busca de uma inserção mais ativa e ativa na política externa para aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; b) incrementou a densidade das relações bilaterais, principalmente nas denominadas “parcerias estratégicas”; c) ampliou a agenda internacional da política externa brasileira com a inclusão de temas sociais, culturais e tecnológicos; d) formou grandes coalizões internacionais, como G20 e os BRICS (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007). Alguns autores, como Vigevani e Cepaluni (2007), denominam essa inserção de *autonomia pela diversificação*.

Apesar de algumas semelhanças, a grande diferença entre os governos FHC e Lula está na ideia de ajustes e mudanças de programa. Lula, em seus dois mandatos, deu ênfase à política externa (ajustes) e à busca de inserção internacional do Brasil (mudanças de programa) (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007), política esta a que o governo Dilma deu prosseguimento, porém sem a mesma intensidade. Na procura de maior autonomia brasileira, a gestão de Dilma concentrou-se na “diversificação de parcerias”, no fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e das relações regionais. Diante desse cenário, observa-se que a parceria entre Brasil e China revela três eixos em curso: político, empresarial e científico-tecnológico (CERVO & LESSA, 2014).

Contribuíram para essa política a ascensão e o acelerado desenvolvimento econômico chinês, o que implicou um aumento significativo nas demandas de *commodities* energéticas e, conseqüentemente, no aumento da sua dependência de petróleo e derivados importados. Na China, os hidrocarbonetos ocupam cerca de 17% da matriz e, atualmente, a importação de petróleo supre 56% da demanda interna. Estes são alguns dos motivos que fizeram a China buscar medidas alternativas de conservação de energia e promoção de fontes renováveis (PEREIRA JR, 2013).

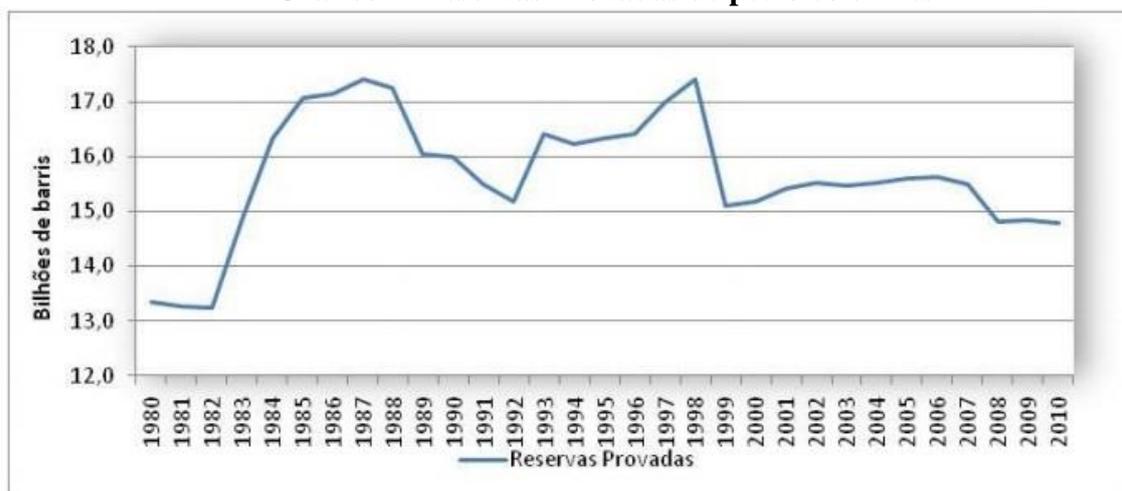
A China já foi autossuficiente em petróleo, e até exportava a produção excedente. Em 1993, a situação se inverteu, e as importações passaram a superar as exportações. Doze anos depois, em 2005, o país se tornou o segundo maior

consumidor mundial de petróleo, e, de acordo com as previsões da Agência Internacional de Energia, deverá ser responsável por 47% do aumento de consumo até 2030. Essa agência estima, também, que o consumo de petróleo no país crescerá 3,4% ao ano no período que se estende até 2030, uma taxa extraordinária, equivalente ao dobro do índice mundial (FUSER, 2013, p. 56).

No final da década de 1990, o governo chinês pôs de lado todas as propostas de segurança energética, já que não havia preocupações nesse sentido. No entanto, com o aumento do consumo de petróleo e a conseqüente alta no preço do produto, a situação se alterou (YERGIN, 2014) e, a partir de 2001, as reservas de petróleo da China passaram a apresentar tendência declinante em comparação aos anos 1990.

Em meados da primeira década do século XXI, a China adotou as energias renováveis, o que acabou levando o país à liderança nos quesitos de mercado, fabricante e concorrente. Em 2005 surgiu a Lei de Energias Renováveis, como alternativa às crescentes importações de petróleo; essa lei determinava que as energias renováveis correspondessem a 15% do total da energia consumida no país até 2020 (YERGIN, 2014).

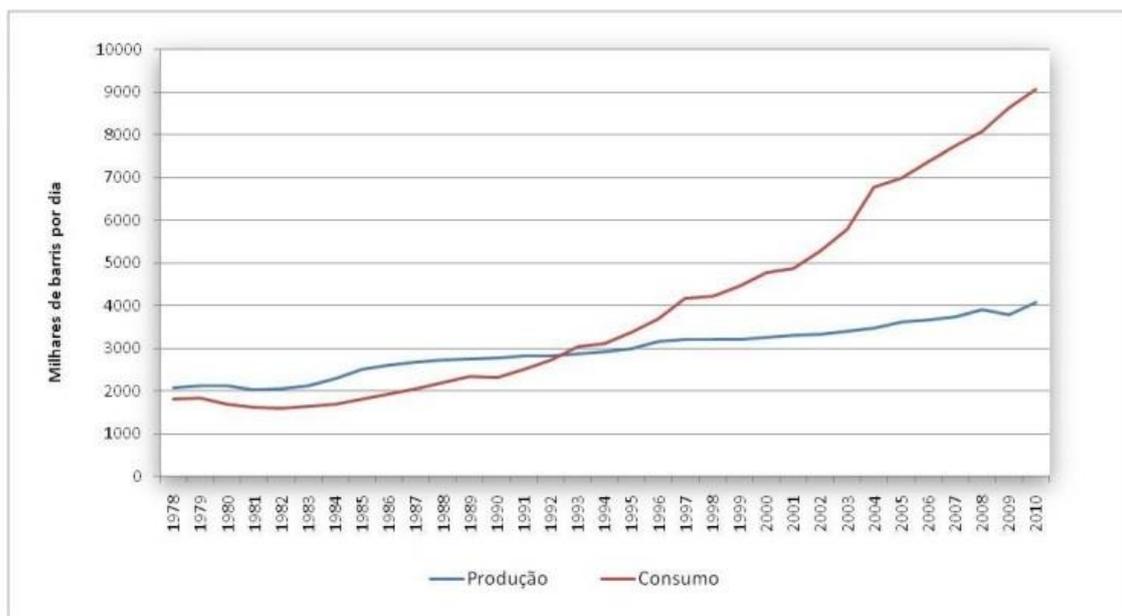
Gráfico 1. Reservas Provasdas de petróleo chinês



Fonte: SILVA, 2011.

Nota-se no gráfico 2 que, a partir de 1992, o consumo interno chinês de petróleo já ultrapassava sua capacidade de produção.

Gráfico 2. Consumo e produção de petróleo na China, 1978-2010.



Fonte: Silva, 2011.

Vale lembrar que a parceria sino-brasileira no setor de energia começou na década de 1980, por meio de protocolos de cooperação (1985) em que as partes concordavam em fortalecer a cooperação bilateral nas áreas de petróleo, por exemplo, com o aumento da compra do petróleo chinês por parte do Brasil. Esse acordo perdura até os dias de hoje.

Em 1988, o presidente José Sarney visitou a China para o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Energia Elétrica, que previa, entre outras questões, o assessoramento de pesquisas e estudos na administração, construção, operação, gerenciamento e instalação de energia hidrelétrica (RAMOS, 2006). Em 1994, Brasil e China estenderam sua parceria ao fomento da indústria química e petroquímica.

Em 2003, com aprovação do presidente Lula, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ampliou as competências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível (ANP), criada em 1998, transferindo para essa agência a responsabilidade de expandir a produção e manter a autossuficiência do petróleo brasileiro, além de intensificar as atividades exploratórias (MME, 2003).

Em 2004, o presidente Lula visitou a China para negociar os termos da parceria estratégica. A partir de então, ampliou-se a participação chinesa na aquisição de produtos primários brasileiros. Estabeleceu-se uma “nova aliança não escrita” (OLIVEIRA, 2010) nas relações entre os dois países, e a China inegavelmente ganhou importância na política brasileira.

No mesmo ano, no Brasil, foi criado o Plano Nacional de Energia 2030, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com o objetivo de ajudar no planejamento dos investimentos e geração de energia até 2030. As mudanças previstas dizem respeito à redução do

uso de lenha e carvão vegetal (de 13% para 5,55%) e de petróleo e derivados (de 38,7% para 28%), aumentando para 60% a participação de energias renováveis e gás natural e para 3% a de energia nuclear (BRASIL, 2007).

Tabela 1. Participação do Brasil nas Fontes Mundiais de Energia

| Fonte de energia | Brasil | Mundo |
|------------------------------|--------|-------|
| Energia não renovável | 54 | 87 |
| Petróleo | 37 | 36 |
| Gás Natural | 9 | 21 |
| Carvão Mineral | 6 | 23 |
| Urânio e derivados | 2 | 7 |
| Energia Renovável | 46 | 13 |
| Hidrelétrica | 15 | - |
| Lenha e Carvão Vegetal | 12 | - |
| Derivados de cana-de-açúcar | 16 | - |
| Outros | 3 | - |
| Total | 100 | 100 |

Fonte: López (2009, p. 18), com base em IICA (2008).

Ainda em 2004, o Brasil consumiu cerca de 239 milhões de tep (toneladas equivalentes ao petróleo), sendo que 46,4% desse total vieram de fontes renováveis. Mas o petróleo continua a ser o principal produto energético na Oferta Interna de Energia (OIE), termo intercambiável com o conceito de matriz energética, sendo responsável por 36,7% de energia consumida no país (PIMENTEL, 2011). Em 2005, a China tomou a posição de segundo maior consumidor petrolífero do mundo (FUSER, 2013).

Tabela 2. Consumo de petróleo bruto na China equivalente a mil toneladas

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|-------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Produção | 169600 | 175873 | 181353 | 184766 | 186318 | 190440 | 189490 | 203014 | 202876 | 207478 |
| Importação | 91020 | 122720 | 126817 | 145175 | 163160 | 178885 | 203653 | 237682 | 253779 | 271027 |

Fonte: IEA, 2012. Elaboração própria.

Em 2006, o Governo Federal, com o objetivo de promover a continuidade das atividades de pesquisa e desenvolvimento das bacias sedimentares, possibilitou a fixação de empresas nacionais e estrangeiras no país, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda (MME, 2006). Ainda em 2006, foi emitido um memorando encorajando a cooperação entre Brasil e China na área petrolífera; em 2007 a China foi responsável

por 78% do crescimento do consumo mundial de petróleo (BP STATISTICAL, 2007), e, no mesmo ano, o CNPE anunciou a descoberta das áreas de Pré-Sal, termo que se refere a um conjunto de rochas localizadas nas porções marinhas de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. Tais rochas formam um intervalo que se estende por baixo de extensa camada de sal. Sua profundidade total, que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, pode chegar a mais de 7 mil metros (PETROBRÁS, 2015).. A descoberta foi assim comunicada:

[...] a PETROBRAS, isoladamente ou em parcerias, perfurou quinze poços e testou oito deles numa área denominada Pré-Sal, entre 5 mil e 7 mil metros de profundidade. A análise e interpretação dos dados obtidos nesses poços, integrada a um trabalho de mapeamento com base em dados geofísicos e geológicos, permitiu à PETROBRAS situar essa área entre os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, nas bacias do Espírito Santo, de Campos e de Santos (MME, 2007, p. 1).

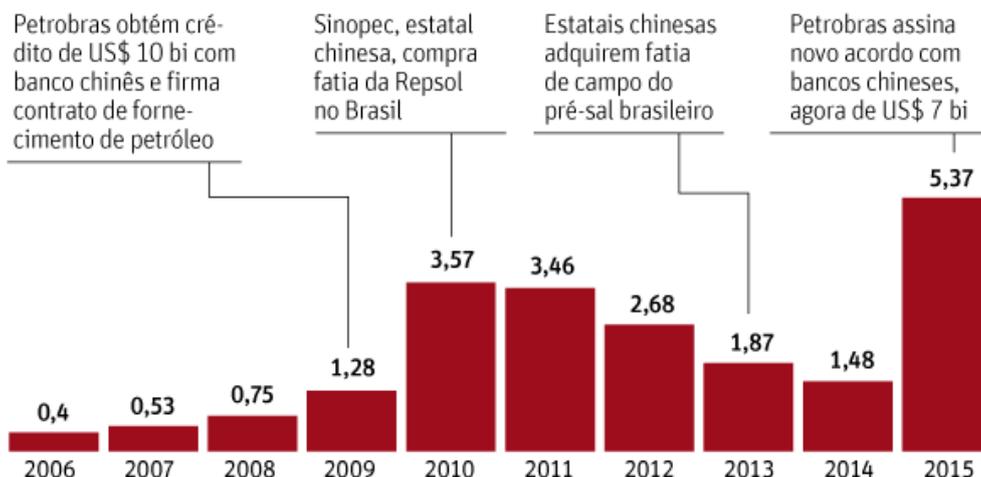
A descoberta de uma grande reserva tornou o Brasil autossuficiente no setor petrolífero, com uma produção média de 1,9 milhões de barris por dia, somando-se o óleo das plataformas P-34 e P-50 (PETROBRÁS, 2015). Em 2008, com o objetivo de diversificar seus fornecedores de energia, a China ampliou suas compras no Brasil, tornando-se o segundo principal destino das exportações brasileiras de petróleo, com 24,1%. Na frente da China ficaram apenas os Estados Unidos, que importaram 65,2% dos 574 mil barris diários de petróleo brasileiro (BRASIL, 2008).

Imagem 1. Compra chinesa de Petróleo nos últimos 10 anos

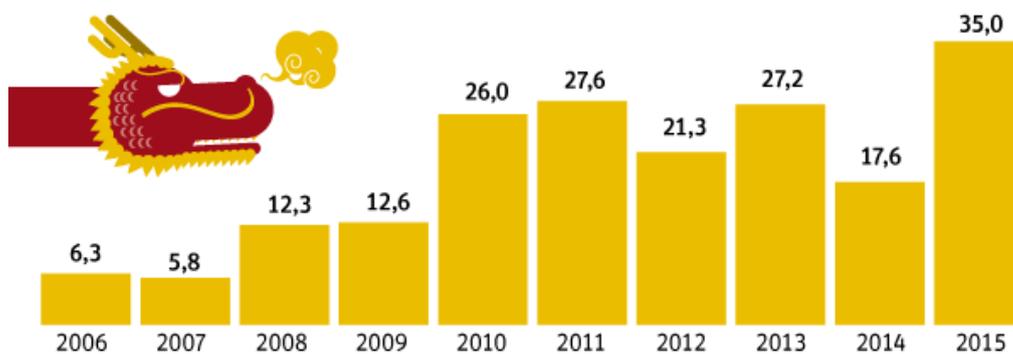
DRAGÃO TURBINADO

Compra chinesa de petróleo brasileiro bate recorde

Volume de petróleo exportado pelo Brasil para a China de jan. a mai., em mi de toneladas



Participação da China na exportação brasileira total de petróleo de jan. a mai., em %



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

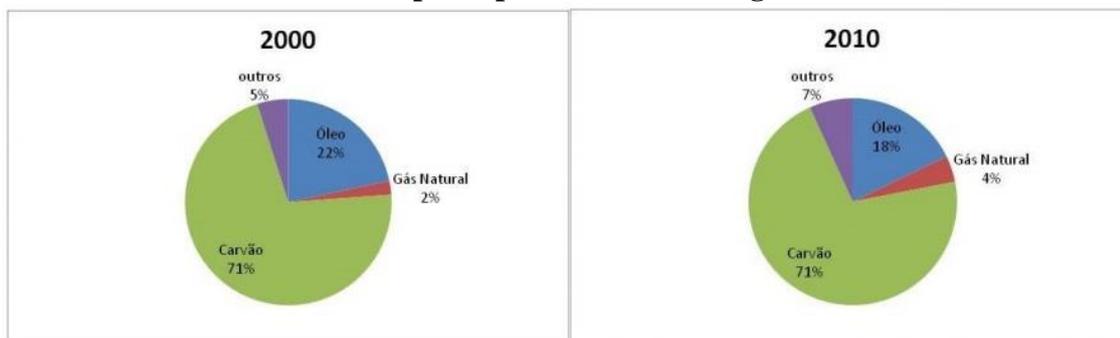
Fonte: Agostini; Fagundes, 2015.

Com a estratégia de fortalecer a Cooperação Sul-Sul, os chefes de Estado Lula e Hu Jintao, em 2009, fecharam uma parceria entre a Sinopec e a Petrobrás (além de outras estatais, como CNPC, CNOOC e Sinochem). Essa parceria constituiu-se em um desdobramento dos projetos conjuntos de ciência e tecnologia para produção e processamento de petróleo, fato que mostra o estreitamento dos laços comerciais entre Brasil e China.

No mesmo ano, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil – relação conhecida como “parceria estratégica” – e o maior consumidor mundial de energia. O crescente mercado chinês passou a ser um dos principais destinos dos produtos brasileiros, responsável pelo superávit comercial e pelo equilíbrio da balança de pagamentos do Brasil (BRASIL, 2013). Ainda em 2009 as importações da China no setor petrolífero ultrapassaram a quantidade do produto gerado no país: foram produzidas 189.490 mil toneladas de petróleo bruto, e as importações chegaram a 203.653 mil toneladas (tabela 2).

Em 2010, no nível II (doméstico), o CNPE concedeu à Petrobrás a competência do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos. No nível I (internacional), Brasil e China concordaram sobre um grande potencial de cooperação na área de investimentos bilaterais no setor de energia e mineração.

Gráfico 3. Consumo das principais fontes de energia na China em 2000 e 2010



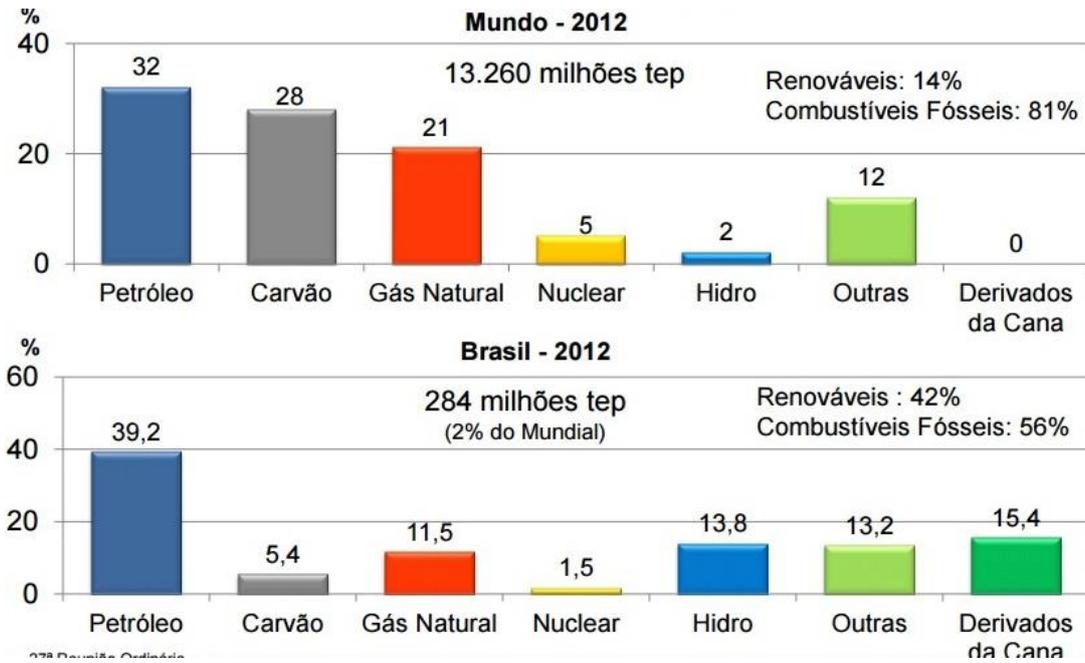
Fonte: Silva, 2011.

Em 2011, durante uma visita à China, a presidente Dilma assinou alguns novos acordos nas áreas de energia, eletricidade e aeronáutica, dentre outras (SARAIVA, 2010).

Diante de tais circunstâncias, o Brasil de Rousseff não reage com estratégia adequada para o comércio exterior, não negocia acordos do novo modelo, por isso não penetra o novo regime do comércio internacional, volta-se para o consumo interno com medidas setoriais de incentivo à produção e ao crédito e não para exportações por meio de incentivos à inovação (CERVO& LESSA, 2014, p. 145).

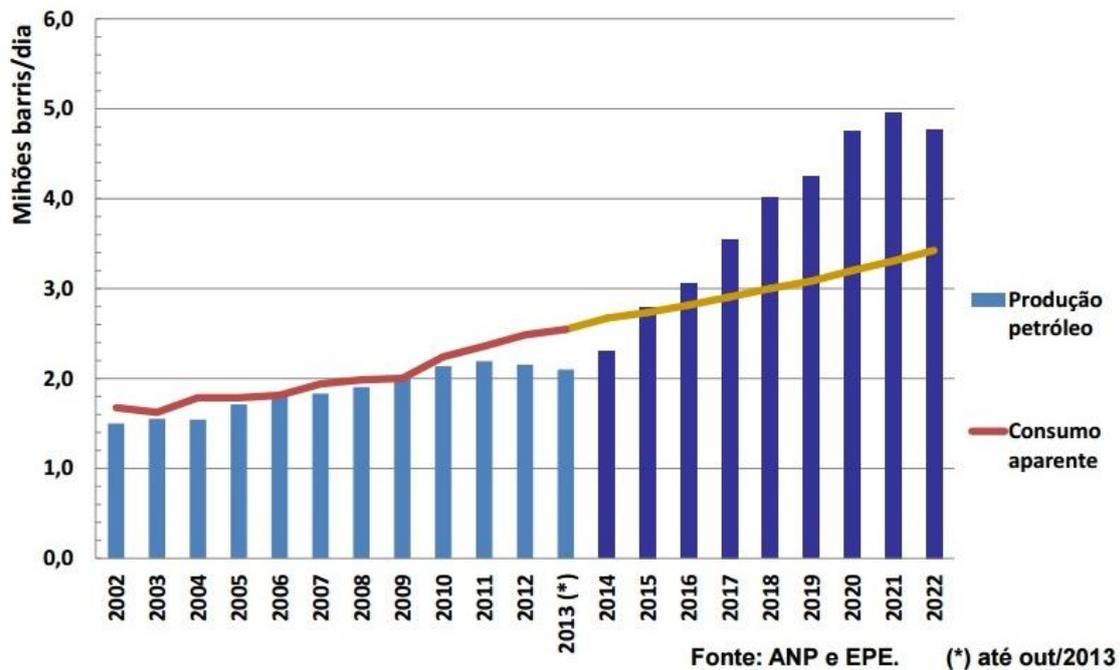
No setor de fontes renováveis, a participação brasileira na OIE (46,4%) é sete vezes maior do que a média dos países desenvolvidos. A China objetiva atingir o percentual de 20% até 2020, mesmo levando-se em conta que suas principais fontes de energia ainda são as não renováveis. Em 2011, essa política foi enfatizada pelo Plano Decenal (YERGIN, 2014). Segundo Pecequillo e Junqueira (2016), este plano estabeleceu sua atuação nas áreas de ciência e tecnologia, energia e infraestrutura, investimento, comércio e cooperação cultural, respeitando as características econômicas e estratégias de desenvolvimento e regulamento, bem como a soberania e a política de não intervenção em assuntos internos, de ambos os países, Brasil e China.

Gráfico 4. Matriz de oferta de energia: Mundo x Brasil (%) 2012



Fonte: SPG - Secretaria de Petróleo e Gás Natural do MME, 2012.

Gráfico 5. Petróleo Nacional: produção x consumo entre 2002-2022

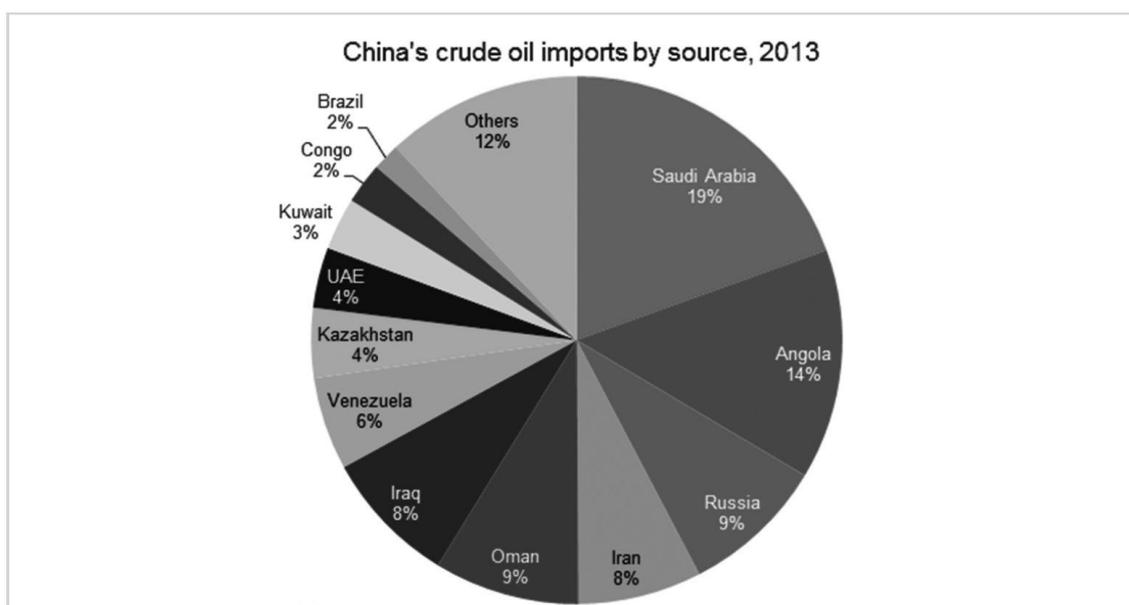


Fonte: SPG - Secretaria de Petróleo e Gás Natural do MME, 2012.

Em 2012, a produção chinesa apresentava um aumento médio de 2,2% ao ano, visando atender ao consumo interno em dez anos; no entanto, isso não foi suficiente para atender nem a metade de sua

demanda interna. A China recorreu, então, às importações, principalmente do Oriente Médio, para suprir essa lacuna de cerca de 60% em sua produção de petróleo. Do Brasil, foram importados 45,5 milhões de barris, o que cobriu apenas 2% das importações chinesas, e o mesmo percentual foi registrado em 2013 (ANP, 2013). Nesse mesmo ano, o CNPE anunciou a descoberta de novas áreas de bacias sedimentares para exploração e produção do Pré-Sal.

Gráfico 6. Importação de óleo bruto da China, 2013



Fonte: BECARD & MACEDO (2014).

Ainda em 2013, o governo federal estabeleceu uma série de políticas e medidas específicas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo e gás natural no País. Em 2014, o CNPE aprovou a contratação direta da Petrobrás para produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos em áreas do Pré-Sal em novas províncias (MME, 2015).

Entre 2012 e 2014, a estabilidade político-econômica do Brasil e da China permitiu grandes ganhos também na relação bilateral. Porém, a partir do final de 2014, verificou-se uma mudança nesse cenário: oscilações econômicas e problemas políticos internos em ambos os países fizeram com que se revertessem as expectativas e as percepções dos atores (PECEQUILO & JUNQUEIRA, 2016).

As autoridades chinesas avaliam negativamente a presente crise política e econômica brasileira e os acontecimentos vinculados a ela, como as denúncias de corrupção na Petrobrás e os

desdobramentos da Operação “Lava Jato”, que resultaram no cancelamento de vários contratos. Ademais, a redução do valor do barril de petróleo no mercado internacional tornou a cooperação sino-brasileira menos interessante. Mesmo assim, diante das dificuldades enfrentadas pela Petrobrás, os bancos oficiais chineses concederam uma série de empréstimos à empresa brasileira. Os termos desses contratos de empréstimos continuam secretos (BAZZO, 2015).

Diante dessas problemáticas é possível se fazer uma análise das oportunidades e desafios que têm surgido tanto para o Brasil quanto para a China no setor energético, como também da convergência e divergência de interesses nessa parceria estratégica.

2. Oportunidades e desafios da parceria estratégica no setor de petróleo

A questão da segurança energética, que envolve todo o processo, desde a produção até o consumo final, é um tema prioritário da agenda política e econômica de todos os Estados. Nesse sentido, segurança energética é a:

[...] capacidade de preservar os meios de fornecimento de energia e de proteger toda a cadeia de suprimento de energia e de infraestrutura energética, a partir de um conjunto de medidas preventivas, regulatórias e afirmativas, com o intuito de estabelecer um equilíbrio entre as necessidades de sobrevivência dos atores e as expectativas de ordenamento do sistema (GALVÃO, 2008, p. 20).

Segundo a abordagem liberal institucionalista, muitos Estados optam por uma estratégia com viés mais cooperativo para resolver os problemas relacionados à segurança energética. Assim, as instituições – criadas a partir da cooperação interestatal – dão maior segurança e previsibilidade aos processos ao facilitarem o acesso à informação compartilhada e ao constrangerem o comportamento dos atores (MELLO, 1997). A aplicabilidade da teoria neoinstitucionalista e dos “jogos de dois níveis” se realiza neste artigo por intermédio da apresentação das ações políticas dos governos Lula e Dilma (nível II) em função da cooperação sino-brasileira (nível I) no setor energético.

A vulnerabilidade energética é uma das maiores preocupações das grandes potências, principalmente para as autoridades chinesas, devido ao elevado volume de sua demanda interna de recursos energéticos, em especial hidrocarbonetos. O Brasil, por sua vez, encontra-se em situação mais confortável, sendo autossuficiente em relação ao petróleo e à produção renovável de energia elétrica, o que reduz, em grande medida, os riscos geopolíticos gerados pela diversificação das parcerias (CNI, 2007).

Dessa maneira, a cooperação Sul-Sul se apresenta, para a China, como uma estratégia para garantir matérias-primas estratégicas necessárias ao seu desenvolvimento econômico. Para as autoridades de Pequim, garantir sua segurança energética é, por conseguinte, garantir também sua

segurança estatal, “uma vez que a sustentação do regime chinês se dá, em grande medida, graças ao intenso crescimento econômico gestado nas últimas décadas” (OLIVEIRA & ANDRADE e SOUSA, 2012, p. 5).

O Brasil, por sua vez, conta com um enorme leque de oportunidades oriundas das reservas de petróleo do Pré-Sal e de fontes renováveis, o que pode atrair grandes investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros.

De acordo com a nova Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na última década a indústria extrativista dobrou a participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB). O peso do setor dentro do cenário industrial nacional saltou de 5% em 2000 para 11,2% em 2010. Entre as explicações para o salto está a descoberta do pré-sal, em 2006, que aumentou a importância da produção de petróleo na economia brasileira (PETROBRÁS, 2014, p. 1).

Esse “salto” da indústria extrativista motivou o governo brasileiro a estimular o investimento de empresas nacionais e estrangeiras no setor de energia, em especial no segmento de petróleo e derivados (PAIVA, 2014), com o objetivo de desenvolver a cadeia produtiva do petróleo e as atividades paralelas, como os setores de petroquímica, refino, construção naval, serviços de engenharia e logística marítima.

Atualmente existem outras ações estatais brasileiras em andamento, como a reestruturação do Ministério das Relações Exteriores, com a criação do Departamento de Energia (DE) e da Subsecretaria de Energia e Alta Tecnologia (SGEAT). No entanto, ainda é preciso que haja um aprofundamento em algumas áreas da “diplomacia energética”, como, por exemplo, em relação aos termos da integração energética regional. De acordo com Pimentel (2011), a exploração dos recursos do Pré-Sal, bem como a expansão e padronização do comércio internacional de etanol, podem alçar o Brasil à condição de *global player* no mercado mundial de energia na categoria dos países exportadores.

No caso da China, é premente que se encontrem alternativas para o crescimento da demanda interna. Existe a previsão de que, em 2030, o país necessitará de 15 milhões de barris diários de petróleo, enquanto a produção interna corresponderá a apenas 4 milhões de barris. Diante desse desafio, as autoridades chinesas vêm traçando algumas estratégias, entre elas a diversificação de fornecedores de energia, a ampliação da presença de estatais petrolíferas mundo afora a fim de obter medidas de controle sobre reservas de hidrocarbonetos, e o entrelaçamento dos países exportadores de energia numa complexa rede de interdependência assimétrica (PIMENTEL, 2011).

Durante o governo Lula foram estabelecidas algumas metas para o aproveitamento das oportunidades surgidas com o advento da relação sino-brasileira. Entre elas: (a) aumentar o

conteúdo tecnológico das exportações ao mercado chinês com produtos de maior valor agregado do que os já tradicionalmente exportados; (b) equilibrar de modo quantitativo e qualitativo a balança comercial sino-brasileira, por meio do aumento da exportação de produtos industrializados brasileiros; (c) incrementar as exportações brasileiras de produtos intensivos no uso de recursos naturais, atendendo ao crescimento da demanda chinesa por artigos em relação aos quais o país tem dificuldade de garantir sua autossuficiência e aproveitando a sazonalidade da produção – neste caso inclui-se a questão energética; (d) aumentar a participação brasileira em missões, feiras e projetos específicos com a China, de modo a permitir o incremento de ações coordenadas entre parceiros de ambos os países.

Foram igualmente contempladas pela Agenda iniciativas de atração de investimentos chineses para o Brasil, inclusive nas áreas de infraestrutura e logística (BARRAL, 2008). No entanto, os resultados alcançados por essas iniciativas não foram os esperados.

Segundo Oliveira (2004, p. 19), o Brasil é “o maior país em desenvolvimento no cenário latino-americano”, e a China é “o maior país em desenvolvimento no mundo”. Ambos “estão empenhados em conseguir desenvolvimento econômico e em melhorar as condições de vida de suas populações”. Portanto, a cooperação pode ter um significado muito relevante para os dois países, já que não se observam “choques de interesses fundamentais”, podendo-se dizer que os interesses são, em larga medida, complementares.

O crescimento das classes urbanas, a baixa quantidade de terras agricultáveis e a restrita oferta de recursos energéticos são desafios que podem limitar o crescimento econômico chinês. Aliás, a prosperidade chinesa está diretamente conectada à necessidade de suprir a imensa demanda de matérias-primas e energia (RIBEIRO, 2010), e isso faz com que o Brasil se apresente como um parceiro promissor. Uma das preocupações crescentes das autoridades de Pequim, no entanto, é o incremento da dependência do suprimento energético externo, o que pode criar um problema estratégico no médio e no longo prazo (SPEKTOR, 2015).

O Brasil investe na relação com a China visando aumentar seus ganhos político-econômicos e receber grandes investimentos dos empresários chineses, recursos esses que, entre outras vantagens, poderiam auxiliar no processo de superação de obstáculos relacionados à temática ambiental, à tecnologia de exploração e à exploração comercial do Pré-Sal.

Outros desafios para o Estado brasileiro são a manutenção e aumento de investimentos e da participação de energias renováveis na Oferta Interna de Energia, além da problemática do processo de reprimarização e desindustrialização nacional, que resulta na especialização da produção e exportação de produtos primários bem como na queda contínua da participação do setor industrial no PIB nacional. Ademais, a indústria brasileira perdeu fatias consideráveis do mercado interno devido ao aumento das importações de produtos chineses, em especial os manufaturados. Segundo

pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma em cada quatro empresas brasileiras já enfrenta, de forma desfavorável, a concorrência chinesa (SPINELLI, 2013). Apesar dos interesses mútuos, Brasil e China tiveram – e ainda têm – dois grandes obstáculos a enfrentar a fim de manter a relação bilateral: a distância geográfica e a diferença cultural, principalmente em relação ao idioma (RAMOS, 2006).

Por fim, um dos maiores desafios para o Brasil de hoje talvez sejam as consequências das investigações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal – cujo cerne é a Operação “Lava Jato” – através das quais foi descoberto um vasto e refinado esquema de fraudes, sonegação e corrupção na Petrobrás, envolvendo empresas, políticos e partidos dos mais diversos espectros político-ideológicos do país. A divulgação desses atos de corrupção, a súbita queda nos preços internacionais do barril de petróleo e seu alto grau de endividamento fizeram a Petrobrás passar a enfrentar enormes dificuldades financeiras (PEREIRA, 2013).

Considerações finais

A partir do começo do século XX até os dias atuais, o petróleo tem sido um insumo energético econômico e estratégico primordial. Econômico por ser a matéria-prima essencial para uma enorme quantidade de setores econômicos; estratégico por ser um recurso raro, escasso e importante o bastante para manter qualquer Estado em nível de segurança (PIMENTEL, 2011). A descoberta das reservas de hidrocarbonetos do Pré-Sal proporcionou ao Brasil relevância econômica global, acarretando um aumento das oportunidades, possibilidades e desafios de sua inserção internacional. Ademais, a busca da “autonomia pela diversificação” adotada pela política externa brasileira recente colocou potências emergentes como China e Rússia no centro da estratégia internacional do País.

A necessidade crescente de matérias-primas estratégicas e a política de diversificação de fornecedores aumentaram o interesse chinês na intensificação da relação bilateral com o Brasil no setor de energia (IEA, 2012). Assim como para qualquer grande potência, a segurança energética é um fator fundamental para o desenvolvimento da China; outro objetivo importante é o controle de tecnologias complexas, como a de perfuração de petróleo em águas profundas, atividade em que o Brasil é referência mundial.

Percebe-se, portanto, que existe um enorme potencial para a convergência de interesses na cooperação sino-brasileira, com perspectivas de grandes ganhos para ambos os países. Nas palavras do diretor do escritório para pesquisa do Brasil da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Zhou Zhiwei, “se os dois países forem bem sucedidos em estabelecer uma boa ligação entre a demanda e a oferta, o investimento chinês irá suprimir a falta de dinheiro no desenvolvimento econômico brasileiro” (CRI, 2015).

Considerando-se os fatores acima expostos, conclui-se que os termos da cooperação sino-brasileira constituem uma grande questão em aberto. Por um lado, existe a possibilidade de ganhos mútuos (*win-win*) em função de uma complementariedade econômica entre os dois países. Por outro lado, essa relação poderá gerar uma rede de dependência econômica capaz de acentuar o processo de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira, assim como ocorreu em alguns Estados da África, como Sudão e Nigéria, e da Ásia, como Cazaquistão e Mongólia. As veredas estão abertas; caberá aos tomadores de decisão escolher qual caminho percorrer.

Referências

AGOSTINI, Renata; FAGUNDES, Álvaro (2015). **Exportações de Petróleo para China sobem 260% neste ano**, publicado em Folha de São Paulo [<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1639589-neo-exportacoes-de-petroleo-para-a-china-sobem-260.shtml>]. Disponibilidade: 26/07/2015.

ANEEL (2008). **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3. ed. Brasília: ANEEL.

ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2013). **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2013**, publicado em [<http://www.anp.gov.br/?pg=66833>]. Disponibilidade: 18/09/2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2008). O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. **Revista Espaço Acadêmico**, 91, dez.

BARRAL, W. (2008). Agenda China: síntese de trabalho. In BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Agenda China: ações positivas para as Relações Econômico-Comerciais SinoBrasileiras**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

BAZZO, Gabriela (2015). **Brasil e China assinarão acordos de investimento de US\$ 53 bilhões; entenda por que investir tanto dinheiro aqui pode ser um negócio da China**, publicado em Brasil Post. [http://www.brasilpost.com.br/2015/05/19/investimentos-brasil-chin_n_7313988.html]. Disponibilidade: 02/06/2015.

BECARD, Danielly Silva Ramos; MACEDO, Bruno Vieira de (2014). Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online] 57 (1): 143-161. Publicado em [http://www.scielo.br/article_plus.php?pid=S0034-73292014000100143&tlng=en&lng=en>]. Disponibilidade: 19/09/2015.

BP **Statistical Review of World Energy** (2007), publicado em [http://www.bp.com/content/dam/bp-country/en_ru/documents/publications_PDF_eng/Statistical_review_2007.pdf]. Disponibilidade: 07/03/2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES -MRE (2014). **Divisão de Atos Internacionais**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME (2007). **Plano Nacional de Energia 2030** / Ministério de Minas e Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME, EPE. 12 v. Publicado em [http://www.epe.gov.br/PNE/20080512_4.pdf]. Disponibilidade: 31/03/2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC (2008). **Agenda China: ações positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC (2012). **Balança Comercial Brasileira – Dados Consolidados**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Publicado em [http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1365787109.pdf]. Disponibilidade: 3/10/2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC (2013). **Balança Comercial Brasileira – Dados Consolidados**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Publicado em [<http://dai-mre.serpro.gov.br/>]. Disponibilidade: 3/10/2014.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos (2014). O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional** 57 (2): 133-151.

CNI, Confederação Nacional da Indústria (2007). **Matriz Energética: cenários, oportunidades e desafios**. Brasília: CNI. Publicado em [http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/09/06/306/20121130193425844634e.pdf]. Disponibilidade: 16/08/2015.

CORNETET, João Marcelo Conte (2014). A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção da continuidade. **Revista Conjuntura Austral**, 5 (24): 111-150.

CRI, China Radio Internacional (2015). **Visita de Li Keqiang ao Brasil vai trazer novos pontos de crescimento para comércio sino-brasileiro, diz especialista da Academia Chinesa de Ciências Sociais**, publicado em [<http://portuguese.cri.cn/1721/2015/05/18/1s200047.htm>]. Disponibilidade: 30/06/2015.

DANESE, Sérgio França (1999). **Diplomacia Presidencial**. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 51-70.

DE NEGRI, João Alberto de et al. (Org.) (2010). **Poder de compra da Petrobrás: impactos econômicos nos seus fornecedores**. Brasília: Ipea, Petrobrás.

FUSER, Igor (2013). **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva.

GALVÃO, Thiago G. (2008). A indivisibilidade da segurança internacional: desenvolvimento mudanças climáticas no espaço amazônico. **Meridiano** 47, 96, publicado em [<http://www.ibri-rbpi.org/?p=12246>]. Disponibilidade: 20/01/2016.

IEA, International Energy Agency (2012). **Statistics People's Republic of China**, publicado em

[<http://www.iea.org/statistics/statisticssearch/report/?country=China&product=Balances&year=2005>]. Disponibilidade: 24/09/2015.

IICA, Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (2008). **Caderno de Estatísticas do Agronegócio Brasileiro**, publicado em [http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/agronegocio/cadernoestatisticas_03-2009.pdf]. Disponibilidade: 25/04/2015.

JABBOUR, E. M. K. (2004). **Infraestruturas em energia e transportes e crescimento econômico na China: O enfrentamento à crise financeira asiática a partir da expansão de sua demanda interna e a formação de uma economia continental**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Orientador: Prof. Dr. Armen Marmigonian).

LEITE, Alexandre César Cunha; LIRA, Ellene Martins de (2011a). A Corrida Chinesa em Busca de Energia: a Evolução da Política Energética Chinesa em Direção à África, América do Sul e Brasil. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, 2 (1): 31-51.

LEITE, Patrícia Soares (2011b). **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

LESSA, Antônio Carlos (2010). Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53: 115-131.

LOHBAUER, Christian (2003). A China e a Dimensão Energética da Ásia. **Revista Política Externa**, 11 (4): 49-58.

LUZ, A. J. da (2011). **A China e a questão energética no Brasil (1990-2010)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada à Universidade Federal do Paraná (Orientadora: Profa Dra Danielly Silva Ramos Becard).

MELLO, Flavia de Campos (1997). Teoria dos jogos e relações internacionais: um balanço dos debates. **BIB**, Rio de Janeiro (44): 105-119.

MENDES, D. F. (2004). **A crise energética da China**. Conjuntura Internacional.. Cenários: PUC Minas. BH: PUC Minas.

MME, Ministério de Minas e Energia (2003). **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, publicado em [<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139143/Resolucao08.pdf/7928ddb5-f763-4159-8891-148b4166a0be>]. Disponibilidade: 21/02/2015.

MME, Ministério de Minas e Energia (2004). **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, publicado em [<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139145/Resolucao01.pdf/fe3dbb77-16cc-4ba6-b4de-37d1e0e3a93e>]. Disponibilidade: 21/02/2016.

MME, Ministério de Minas e Energia (2006). **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, publicado em [<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139149/Resolucao05.pdf/d7d30176-626d-49bc-b6fc-e6aeb6d12c2b>]. Disponibilidade: 21/02/2016.

MME, Ministério de Minas e Energia (2007). **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, publicado em

[http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139151/RES_6_2007_CNPE.pdf/27a2b403-7515-4862-9e5f-50d6434c14a5]. Disponibilidade: 21/02/2016.

MME, Ministério de Minas e Energia (2015). **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, publicado em [<http://www.mme.gov.br/web/guest/conselhos-e-comites/cnpe>]. Disponibilidade: 21/02/2016.

NOGUEIRA, Danielle (2013). **Estatais Chinesas avançam sobre o pré-sal brasileiro e já são sócias de 12 blocos no setor de petróleo**, publicado em [<http://oglobo.globo.com/economia/estatais-chinesas-avancam-sobre-pre-sal-brasileiro-ja-sao-socias-de-12-blocos-no-setor-de-petroleo-10558803>]. Disponibilidade: 14/09/2014.

NUNES, Carlos (2011). **A Emergência da China enquanto grande actor nos mercados petrolíferos**. Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais – DPP, Agência Portuguesa do Ambiente.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de (2004). Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional** 47 (1): 7-30.

_____. (2010). Brasil e China: uma nova aliança não escrita? **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53 (2): 88-106.

OLIVEIRA, Henrique; ANDRADE e SOUSA, Maria Eduarda de (2012). **Dinâmicas da cooperação sul-sul sino africana: o caso de Angola**. Programa de iniciação científica da UEPB.

ONS, Operador Nacional do Sistema Elétrico (2014). **O Setor Elétrico**, publicado em [http://www.ons.org.br/institucional/modelo_setorial.aspx]. Disponibilidade: 21/02/2015.

PAIVA, Iure (2014). **A segurança energética brasileira em análise: dimensões militares, econômicas e ambientais**, publicado em [http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/29_6_2012_11_16_23.pdf]. Disponibilidade: 16/08/2015.

PAUTASSO, D. A; OLIVEIRA, L. K. (2008). Segurança energética da China e as reações dos EUA. **Contexto Internacional**, 30 (2): 361-398.

PAUTASSO, Diego (2009). **Os desdobramentos internacionais do desenvolvimento e da demanda por petróleo na China**, publicado em Mundorama.net [<http://mundorama.net/2009/08/28/os-desdobramentos-internacionais-do-desenvolvimento-e-da-demanda-por-petroleo-na-china-por-diego-pautasso/>]. Disponibilidade: 21/02/2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2012). O Brasil e os eixos periféricos: agenda e identidade nas relações internacionais. **Cadernos de Estudos Culturais**, 4: 25-38.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; JUNQUEIRA, Emerson (2016). Uma visão comparada das relações Brasil-China: O Plano Decenal (2012) e o Plano de Ação Conjunta (2015), publicado em Mundorama.net [<http://www.mundorama.net/2016/02/25/uma-visao-comparada-das-relacoes-brasil-china-o-plano-decenal-2012-e-o-plano-de-acao-conjunta/>]. Disponibilidade: 25/02/2016.

PEREIRA JR, Amaro Olimpio (2013). A ascensão da China e as oportunidades para o Brasil no setor de energia e de transportes. **Revista Boletim de Economia e Política Internacional**, 15: 105-123.

PETROBRÁS (2014). **Pré-sal aumenta importância da indústria do petróleo na economia**, publicado em [<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/pre-sal-aumenta-importancia-da-industria-do-petroleo-na-economia.htm>]. Disponibilidade: 17/08/2015.

PETROBRÁS (2015). **Nossa história**, publicado em [<http://www.petrobras.com/pt/quem-somos/nossa-historia/>]. Disponibilidade: 28/02/2015.

PIMENTEL, Fernando (2011). **O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

PUTNAM, R. (2010). Diplomacy and Domestic Politics: The logic of two-level games. **International Organization**, 42 (3): 427-60.

RACY, J. Carlos; ONUKI, Janina (2002). Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, 1 (1), publicada em [http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_01/racy.htm]. [Disponibilidade: 21/02/2016.

RAMOS, Danielly Silva (2006). **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**, publicada em [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4964/1/2006_DaniellySilvaRamos.pdf]. Disponibilidade: 28/06/2015.

RIBEIRO, Valéria Lopes (2010). A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico. **Revista Oikos**, 9 (2): 13-35, publicada em [<http://www.revistaOikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/223/138%3E.%20Acesso>]. Disponibilidade: 09/08/2015.

SALAMA, Pierre (2012). China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”. **Cadernos do Desenvolvimento**. 7 (10): 229-51.

SARAIVA, M. G. (2010). Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53:151-68.

SILVA, André Luiz Reis da; PERUFFO, Luiza (2012). O impacto da crise internacional no comércio do Brasil com os BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). **Austral** 1 (2): 117-210.

SILVA, Maria Santos Sobral (2011). **A demanda energética na China: um fator fundamental para o seu crescimento**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica da UFRJ.

SPEKTOR, Matias (2015). **Brasil precisa gerir sua dependência da China**, publicado em Folha de São Paulo [<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2015/05/1632312-brasil-precisa-gerir-sua-dependencia-da-china.shtml#>]. Disponibilidade: 03/06/2015.

SPG - Secretaria de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia (2012). **Política Energética Nacional**, publicado em [http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139195/Polxtica_Energxtrica_Nacional.pdf/153e71d2-c006-4055-9cba-196917a743cc]. Disponibilidade: 21/02/2016.

SPINELLI, Carlos Humberto de Albuquerque (2013). **O paradoxo nas relações comerciais Brasil-China no período 2000-2010**, publicado em [http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98122/spinelli_cha_me_mar.pdf?seqseque=1]. Disponibilidade: 17/08/2015.

VIGEVANI, Tullo; Marcelo F. de Oliveira; CINTRA, Rodrigo (2003). Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**, 15 (2).

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel (2007). A Política Externa de Lula da Silva: estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, 29 (2): 273-335.

VILLELA, E. V. M. (2004). **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações dos produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico, PUC/SP, publicado em [www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF]. Disponibilidade: 21/02/2016.

WHITE PAPER ON ENERGY (2007). **Condições da China e as políticas energéticas**. Publicado em [www.china.org.cn/english/environment/236955.htm]. Disponibilidade: 21/02/2016.

YERGIN, Daniel (2014). **A busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno**. 1. ed., Rio de Janeiro: Intrínseca.